EMENTA DA DECISÃO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO SOBRE INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS NA PARTICIPAÇÃO DE ÁRBITRO NIVEL I, FUNCIONÁRIO DA CBAt, NO SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÕES DE OTAs DESTINADOS A ÁRBITROS NIVEL II.

Cuida-se de relato apresentado pela Confederação Brasileira de Atletismo-CBAt através do ofício nº 0474/2021, que ensejou a aplicação de penalidade de advertência ao servidor, cujo relato da suposta infração enviado pela Comissão de Árbitros-CBAt, a respeito do Seminário de Atualizações promovido pela OTAs , ocorrido em novembro de 2021, o relato pede informações sobre a indicação de apenas 06 (seis) árbitros para o curso e ainda explicação sobre a participação de um arbitro nível I inscrito, alegando informações privilegiadas para se inscrever no curso de atualização de regras destinados aos Árbitros Nível II, tendo por premissa o não atendimento deste arbitro nível I as condições para inscrição e que o uso do e-mail institucional foi determinante para sua aceitação no curso, assim segue o apurado:

a) Em investigação realizada, verifica-se que a comissão organizadora enviou apenas 06(seis) nomes para que a Confederação Brasileira de Atletismos fizesse a inscrição, porém são 17(dezessete árbitros que possuem o nível dos mesmos indicados, não restou claro pela comissão organizadora quais critérios foram usados para indicação, além de constar no convite que o evento seriam para aqueles indicados e aos demais árbitros que quisessem fazer a atualização.
b) Após análise de toda documentação enviada, convite, local de realização de curso, forma de inscrição, nota-se que outros árbitros brasileiros foram inscritos sem que constassem na lista enviada pela organização, e que o informativo do curso foi disponibilizada em grupos de WhatsApp o que deu ampla divulgação.
c) No que diz respeito ao denunciado ter impossibilitado a participação de outros árbitros, foi solicitado e-mail ou qualquer outro documento do árbitro em que houvesse a negativa de participação por falta de vagas, e o documento não foi enviado para comprovação.
d) Quanto ao e-mail institucional utilizado para inscrição, este serviu para envio da documentação, porém na ficha de inscrição, bem como nos demais documentos enviados, não houve utilização do mesmo que ficasse evidenciado que foi o motivo elementar da aceitação da inscrição, partindo do princípio que ao entrar no site do organizador do evento qualquer pessoa pudesse fazer a inscrição.

Assim, a questão não importa em falta ética, pois, resta claro que houve falha na redação do convite pela comissão organizadora o que acarretou várias interpretações e obscuridade no momento da inscrição, gerando dúvidas sobre quem estaria apto a participar do curso. Nesta toada apesar da proibição de uso de e-mail institucional para assuntos particulares, e este não

ser elementar para a efetivação da inscrição, a inscrição dos demais Neste sentido **recomenda-se a CBAT**, que estabeleça parâmetros quando da indicação de colaboradores para eventos nacionais e internacionais direcionados a colaboradores, disponibilizando as informações necessárias para as inscrição, assim endereço da plataforma para envio de documentação aos que estiverem aptos a participarem do evento. Outrossim, se o própria instituição for a responsável pela inscrição que todas as informações sejam claras neste sentido, indicando quem poderá participar, horário e período de inscrições, e se houver qualquer obscuridade no convite deverá saná-la antes da realização do curso e/ou evento trazendo desta forma maior lisura aos que queiram participar. Sempre prezando por critérios objetivos, de forma clara e concisa para que todos tomem conhecimento do ato bem como a forma de sua execução, dando-lhe ampla publicidade.

No que tange, a penalidade aplicada, é recomendável a CBAT que reveja a ação praticada junto ao setor jurídico para que em análise conjunta se posicione quando a ação praticada, para sanar eventuais vícios se houver, após reporte-se a este conselho com as informações coletadas, e a decisão proferida.

Assim, por ausência de materialidade do relato apresentado, tendo por motivação a falta de clareza do convite e por ser ele em âmbito internacional o que foge a nossa competência, julgo pelo arquivamento da declaração em decisão referendada pelos demais membros do conselho.

Dê-se ciência da referida decisão ao declarante, e notifiquem os denunciantes, denunciado e, após Publique-se no site da CBAt a ementa.

São Paulo, 17 de novembro de 2022.

Conselho de Ética da Confederação Brasileira de Atletismo

Solange Cristina de Jesus Muniz

Jefferson Dias Sabino

(